

**MÚLTIPLAS FACES DO FEMINISMO MARXISTA: HELEIETH SAFFIOTI E SILVIA
FEDERICI**

**MULTIPLE FACES OF MARXIST FEMINISM: HELEIETH SAFFIOTI AND SILVIA
FEDERICI**

Cecília Severo¹

RESUMO

O marxismo e o feminismo têm um histórico de alianças e desavenças, no qual muitas vezes o feminismo ou a “questão das mulheres” foi incorporada às pautas e teorias marxistas para, em seguida, serem subjugados e tornados preocupações políticas e epistemológicas de segunda instância. Buscamos uma articulação mais funcional entre feminismo e marxismo, que seja simultaneamente ambos, a partir de uma investigação da obra da brasileira Heleieth Saffioti e da italiana Silvia Federici. Nos concentrando em *A mulher na sociedade de classes* acompanhamos as análises de Saffioti sobre a constituição do capitalismo brasileiro e a posição da mulher nele, seguindo seu argumento sobre a integração parcial das mulheres no modo de produção. Na sequência, desenvolvemos as análises de Federici, sobretudo em *Calibã e a bruxa*, sobre a formação do capitalismo através do cercamento dos comuns na Europa e sua relação com a expropriação do trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres. Por fim, comparamos as perspectivas das duas, tendo como foco problemático o modo como cada uma lida com a relação entre trabalho e a posição das mulheres no capitalismo. Enquanto Saffioti pensa em termos de integração parcial e periferização social das mulheres tendo em vista sua semi-exclusão do “mundo do trabalho”, Federici vai mais longe ao tomar como central a importância do trabalho reprodutivo feminino percebendo como as mulheres são antes partes essenciais do processo de produção capitalista, ainda que seu trabalho seja não pago e não reconhecido enquanto tal.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo. Feminismo marxista. Trabalho feminino. Federici. Saffioti.

ABSTRACT

Marxism and feminism have a history of alliances and disagreements, in which feminism or the 'women's question' was often incorporated into Marxist agendas and theories and then subjugated and made into political and epistemological concerns of a minor degree. We seek a more functional articulation between feminism and

¹Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-graduação de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com bolsa CAPES. Graduada em Ciências Sociais pela UFRGS. Integrante dos grupos de pesquisa Just/UFRGS (Grupo de Pesquisa em Trabalho e Justiça Social) e GPEP/APPH (Grupo de Pesquisa em Ecologia das Práticas/Associação de Pesquisa e Práticas em Humanidades). Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: severo.cecilia@gmail.com

Marxism, which is simultaneously both, from an investigation of the work of Brazilian Heleieth Saffioti and Italian Silvia Federici. Focusing on *Women in Class Society* we follow Saffioti's analysis of the constitution of Brazilian capitalism and the position of women in it, following her argument about the partial integration of women in the mode of production. In the following, we develop Federici's analyzes, especially in *Caliban and the witch*, on the formation of capitalism through the enclosure of the commons in Europe and its relation to the expropriation of reproductive labor done by women. Finally, we compare their perspectives, focusing problematically on how each of them deals with the relationship between labor and women's position in capitalism. While Saffioti thinks in terms of women's partial integration and social periphery in view of their semi-exclusion from the 'world of work', Federici goes further by focusing on the importance of female reproductive work by understanding how women are rather essential parts of capitalist production process, even if their work is unpaid and unrecognized as such.

Keywords: Reproductive labor. Marxist feminism. Women's work. Federici. Saffioti.

INTRODUÇÃO

A problemática em torno das questões feministas, ou da “questão da mulher”, em uma formulação mais antiga, na teoria e na pesquisa social tem se tornado cada vez mais ampla e intensa. Dessa forma, há inúmeros enfoques teóricos e campos sócio-empíricos com que a discussão pode se engajar, tendo em vista tanto a diversidade propriamente sociológica ou antropológica (weberiana, durkheimiana, marxista, estruturalista etc.) quanto a diversidade interna às teorizações (e movimentos) feministas (radical, negro, interseccional, classista, liberal, *queer* etc.), que se articulam diferentemente com a primeira diversidade mencionada. Neste trabalho, tomaremos um enfoque bastante específico na problemática feminista: tratar do problema do trabalho das mulheres no capitalismo, em suas manifestações paga e não paga. O aporte teórico utilizado, por questões que esperamos deixar evidentes, é marxista — marxista-feminista. Para tanto, partimos do trabalho de duas marxistas feministas: Heleieth Saffioti e Silvia Federici, sobretudo a partir de suas respectivas obras *A mulher na sociedade de classes* (1979) e *Calibã e a Bruxa* (2017a), para analisar como elas, cada uma a seu modo, analisaram historicamente o processo de formação das sociedades capitalistas e teorizaram a posição da mulher no processo de (re)produção do capital.

Uma das características centrais do aporte sociológico marxista é a de colocar o fenômeno do trabalho como basal para o entendimento do social, fazendo com que as relações sociais sejam apreendidas como relações sociais de trabalho. Uma segunda característica de um aporte marxista, correlata com a primeira, é a de teorizar em termos de classes sociais, de olhar para a realidade social como atravessada e até fundamentada em relações econômicas hierarquizadas, as chamadas relações sociais de produção. Estas relações dividem o corpo social em conjuntos sociológicos determinados pela sua inserção diferencial e hierárquica na estrutura econômica, formando, no limite, a classe social que vive do trabalho e a classe social que vive da exploração desse trabalho: proletários e burgueses, trabalhadores e capitalistas². O marxismo tradicional, dessa forma, por vezes tomou um caminho teórico que flertava com o economicismo, reduzindo a complexidade dos fenômenos sociais à problemática da produção econômica, geração de riqueza em sua forma capitalista: mercadorias (MARX, 2013, p. 157). Satisfazendo-se com uma análise que tomava a centralidade do trabalho em um sentido estrito, a produção de bens nos setores industrial e agrícola, somado com interesses políticos da classe proletária formada na exploração deste trabalho e dos intelectuais, sindicatos e partidos a ela vinculados, esse marxismo acabou por invisibilizar e/ou colocar em segundo plano uma série de outras questões relativas à diferenciação e hierarquização social. No Brasil, por exemplo, os meios marxistas, até ao menos os anos 1970, acabavam por submeter as questões raciais e sexuais ao eixo explicativo da classe, com a implícita (ou explícita) esperança de que com a chegada ao socialismo-comunismo estes problemas se resolveriam quase que por passe de mágica, já que a opressão classista, que seria a opressão primordial dentro do capitalismo, estaria superada³.

²Como salienta Saffioti (1990, p. 33-4), é um empobrecimento da perspectiva marxista a redução da diversidade empírica das classes sociais às duas figuras de classe abstratas do modo de produção capitalista (proletários e burgueses). Embora o próprio Marx (e Engels) colocasse como tendência da lógica capitalista a produção dessas duas classes, e apenas delas, este nível abstrato não exclui a diversidade histórica, cultural, trabalhista, em que as classes se apresentam. O proletariado é bem diferente se tratando do camponês assalariado, do minerador ou do operário fabril. Da mesma forma, existem os estratos de classe móveis como a pequena burguesia ou os profissionais liberais, que já eram nomeados pelo próprio Marx. Como veremos, quando se coloca a questão das mulheres e de suas atividades internamente ao problema de classe, a coisa toma novos contornos.

³Ver o comentário de Mariza Correa (2001), sobre a emergência dos movimentos de mulheres na esquerda nos anos 70 e sua relação tensa com o PCB, e o artigo de Antonio Guimarães (2008), sobre a dificuldade de recepção da obra de Fanon e da discussão sobre racismo nos meios de esquerda brasileiros da década de 60. Saffioti comenta, sobre a recepção de sua obra: "Até atualmente eu sou criticada pelos marxistas porque eu não sou uma marxista ortodoxa, e sou criticada pelos não

A despeito de alguns esforços dos fundadores do marxismo, como Engels em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, ou das preocupações de socialistas soviéticas, como Alexandra Kolontai e Nadejda Krupskaja, com as especificidades das questões sociais relativas às mulheres, acabou por imperar no marxismo ortodoxo a ideia explícita ou implícita de que o problema da dominação-exploração (SAFFIOTI, 1990) das mulheres teria um patamar diferente do que o problema de classe, sendo o primeiro menor e subordinado ao segundo. Acreditamos que a especificidade da mulher no sistema capitalista exige um olhar teórico *marxista* que a capture. Salientamos a necessidade, para o marxismo, de uma teoria marxista da dominação-exploração da mulher, e para o feminismo, de um olhar de classe, econômico e trabalhista sobre a mulher. Ocorreu que diante da insuficiência do marxismo ortodoxo, de sua estrutura lógica e de suas categorias para lidar com a problemática das mulheres, sendo os conceitos marxistas “*sex-blind* (cegos para o gênero)” (HARTMAN apud SAFFIOTI, 2008, p. 150), em muitos casos teóricas preocupadas com as questões do feminismo e do marxismo acabaram por adotar uma espécie de visão teórica estrábica, olhando para as questões de classe e econômicas com uma lente marxista, e para as questões das mulheres com uma lente feminista — seja ela culturalista, estruturalista, construtivista etc.⁴ As autoras que analisamos aqui vão por um caminho diferente, marxista e feminista, ainda que este mesmo se bifurque.

marxistas porque sou uma marxista ortodoxa” (2010, p. 293). Na sequência da mesma entrevista, comenta como foi questionada, em evento marxista, sobre tomar racismo, sexismo e as classes sociais como fenômenos de mesmo patamar teórico e social. No sentido inverso, Federici comenta “a ilusão – dominante no movimento socialista – de que o homem branco assalariado representava os interesses de toda a classe trabalhadora – uma mistificação que, no século XX, levou lutadores anticoloniais a concluir que o marxismo era irrelevante para sua luta” (2017b, p. 101).

⁴Não queremos dizer que estas diferentes abordagens feministas ou que suas alianças com o marxismo não possam ser potentes ou frutíferas. A infinidade em que diferentes autoras fizeram e fazem esses debates e percursos não pode ser tratada como totalidade homogênea, seja negativa ou positivamente. Apenas salientamos que, em muitos casos, a junção, sistemática ou espontânea, entre a problemática marxista e a(s) feminista(s) tem por consequência criar uma teoria híbrida que pode ser mais ou menos coerente (ou não o ser); fazer com que as teóricas feministas acabem por abandonar o aporte marxista; e, principalmente, de nosso ponto de vista, bloquear os caminhos teóricos propriamente marxistas, marxista-feministas ou feminista-marxistas, que a construção problemática entre sexo/gênero-classe-raça exige ou, no mínimo, possibilita. Para ver mais sobre o debate entre marxismo e feminismo, recomendamos Nunes (2016).

HELEIETH SAFFIOTI: A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O FEMINISMO NO DEBATE MARXISTA BRASILEIRO

Heleieth Lara Bongiovani (1934-2010), nome que tinha antes de seu casamento com Waldemar Saffioti, nasceu no interior de São Paulo, com mãe costureira e pai pedreiro, ambos autônomos, tendo uma infância não privilegiada em termos financeiros (SAFFIOTI, 2010, p. 275), o que talvez marque uma diferença em relação ao grosso da intelectualidade que veio a se formar no Brasil da década de 1960. Heleieth Saffioti, desde o lançamento de sua primeira grande obra, se tornou célebre por praticamente inaugurar uma tendência nos estudos em ciências sociais brasileiras: a problematização das questões da mulher, ou do feminismo, em conjunto às de classe e econômicas do marxismo. Como coloca Nunes (2016, p. 15; p. 94), Saffioti destaca-se como uma exceção a partir da academia brasileira a se inserir nessa discussão fronteiriça na época, mesmo a nível internacional. Dessa forma, ainda que alguns aspectos de sua obra inaugural sejam datados, impressiona como preocupações centrais para a teoria feminista contemporânea, como a intenção de tratar *raça*, *gênero* e *classe* como fenômenos codependentes e simétricos são explicitadas no desenrolar de seu pensamento, ainda que por vezes de maneira um tanto confusa ou contraditória. Por essa razão, passamos em revista o livro *A mulher na sociedade de classes*, fruto de sua tese de livre-docência, com o aporte de alguns textos posteriores, a fim de fazer um balanço dos avanços efetuados pela autora.

Saffioti iniciou seus estudos em Ciências Sociais na USP em 1960, defendendo sua livre-docência em 1967. Posteriormente lecionou na PUC-SP, UFRJ e Unesp. Em entrevista realizada em 2008 a autora comenta que no curso, à época em que o frequentou, se ensinava muito pouco de marxismo, afirmando que seu estudo do tema foi por via autodidata⁵. A literatura sobre a questão da mulher, mais ainda da questão da mulher em um aporte sobre trabalho e marxista, no Brasil de meados dos anos 1960, era praticamente inexistente, o que não quer dizer que havia muito mais em nível internacional (SAFFIOTI, 2011, p. 73-6). Isso explica a repercussão que sua obra teve, visto que a proposta teórica era inovadora e urgente. Poucos anos depois da

⁵Também comenta que seu orientador, Florestan Fernandes, ainda que politicamente socialista e utilizando do marxismo, nunca teria deixado de pensar através das categorias positivistas (SAFFIOTI, 2011, p. 74).

defesa de sua livre-docência (1967), a tese é transformada em livro (1969), e já em 1972 é traduzido nos Estados Unidos, para onde Saffioti vai em turnê de palestras e entrevistas (2011, p. 81). Entretanto, como a própria autora coloca, o livro teria maior repercussão na Europa, através da mesma edição, gêmea Nova Iorque-Londres pela *Monthly Review*⁶. Contudo, a obra que tornou a autora célebre e teve grande repercussão tinha um estatuto polêmico, que o divulgou para o bem e para o mal: “Veja as contradições. Imagina publicar um assunto daqueles que não pertencia à academia, não era considerado legítimo, não tinha nenhuma legitimidade, feito por uma mulher e ainda comunista que metia a lenha na Igreja católica” (SAFFIOTI, 2011, p. 80).

Antes de partir para os desenvolvimentos próprios do livro *A mulher na sociedade de classes* (1979) gostaríamos de apresentar o que nos parece ser um dos pontos centrais do modo que a autora toma a problemática da posição das mulheres nas sociedades capitalistas, o tema teórico por excelência de seu livro. Saffioti coloca:

A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração nas sociedades de classes. Eis por que será tomada aqui a atividade *trabalho* como fio condutor da análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas⁷ (SAFFIOTI, 1979, p. 31. Grifo da autora).

Como a própria salienta, o trabalho é a chave de leitura que utiliza para a análise crítica da posição da mulher na sociedade capitalista: como na sociedade capitalista é o trabalho o fator de integração social, a integração social da mulher deve ser tomada por esse caminho analítico. Diante desse “fio condutor” Saffioti analisa, na primeira parte de seu livro, a história da relação entre socialismos, marxismo e feminismo, e traz dados sobre a situação das mulheres nas relações de produção de diferentes países, para então, na segunda parte, fazer uma longa exposição sobre a situação da mulher no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, trazendo em

⁶Ainda sobre a repercussão na Europa, ela coloca: “Lá na França a repercussão foi grande, porque havia muitas mulheres exiladas ou acompanhando seus maridos exilados. Então, havia muitos grupos feministas de brasileiras. Eu fiz palestras lá, fui convidada várias vezes” (SAFFIOTI, 2010, p. 284).

⁷“Sociedade competitiva” ou “ordem social competitiva” é uma noção herdada por Saffioti de seu orientador, F. Fernandes. Com esse termo alude-se às sociedades capitalistas, mas a um momento específico, competitivo, delas. O capitalismo teria sido introduzido no Brasil, por exemplo, antes da emergência de uma ordem social competitiva, visto que haviam antes relações de colonialidade e escravidão.

especial sua pesquisa de campo relativa à educação formal de mulheres, e, por fim, na terceira parte, expõe e critica os desenvolvimentos das ciências psicanalítica e antropológica a respeito da questão das mulheres. Assim, Saffioti busca situar a questão do sexo⁸ no sistema capitalista. Para isso, faz uso da dialética marxista para compor um sistema parcial/total de ação social. Saffioti estabelece, logo na introdução, que sexo não é classe social, e nem deve ser tratado como tal. Assim, salienta os nexos que atravessam as classes sociais pelo sexo: seria isso mera distinção cultural pela tradição ou teria uma função no sistema capitalista?

É preciso situar o contexto em que o texto fora escrito. Nas décadas de 1950 e 60, havia um debate no meio historiográfico que comparava o Brasil econômica e socialmente com as sociedades feudais européias através de uma interpretação rasa, etapista-evolucionista, do método marxista, no qual deveria, necessariamente, do escravismo seguir-se o feudalismo e, então, o capitalismo. Saffioti contesta essa versão teleológica da história: o que se estabelece no Brasil não é uma economia feudal, mas uma economia colonial ligada ao mercado europeu. Dessa forma, a autora desenrola como as relações sociais entre mulheres se estabelecem dentro dessa posição periférica. O Brasil colonial sofreria o jugo de uma burguesia brasileira aliada à de países colonizadores, mas que, “em essência, constitui apenas *uma* burguesia internacional para cujas atividades econômicas inexistem fronteiras político-administrativas” (1979, p. 141-2. Grifo da autora).

Outro ponto evocado é o da necessária diferenciação entre os processos de escravização antiga e moderna: esta última refere-se a um processo racionalizado, onde a pessoa escravizada é vista como mercadoria e depois como capital fixo. Tratava-se de um alto investimento inicial na mão-de-obra escravizada, porém que

⁸Em *A mulher na sociedade de classes* Saffioti utiliza exclusivamente uma conceituação em termos de sexo e de diferença sexual. Entretanto, não deve-se pensar rapidamente que trataria-se de alguma espécie de “essencialismo biológico”. É necessário notar que o conceito de gênero *nomeado* se tornou difundido no campo das ciências humanas apenas na década de 80 (ver por exemplo o trabalho seminal de Joan Scott (1995 [1986])), entretanto acreditamos ver sua presença difusa, no sentido genérico de sobredeterminar o sexo biológico com as marcações sociais, nas formulações teóricas anteriores, como em *O Segundo Sexo* e no próprio livro de Saffioti. Além disso, em um texto do final de sua vida, Saffioti avança algumas críticas a difusão do conceito de gênero: “a própria Scott acusa o caráter descritivo no conceito de gênero, usado como substituto de mulheres: gênero não implica, necessariamente, desigualdade ou poder nem aponta a parte oprimida”. “Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro” (2008, p. 160; p. 177).

vinha a compensar ao passar do tempo (1979, p. 144-5), ou seja: a escravização, quando inserida dentro do sistema capitalista, é diferente. Não se trata apenas de aprisionamento de guerras ou servidão de trabalho. Era preciso de contingente populacional para ocupar espaço. Portugal, Espanha e Inglaterra não o tinham suficientemente, nem para transferência de trabalho para as colônias, nem nos seus territórios nacionais, mesmo levando em consideração o excesso populacional. Mas não seria o caso de distribuição de terras com equidade para a população. Afinal, se todos tivessem acesso à terra igualmente, como se daria a exploração do trabalho? Assim, destaca-se um ponto crucial para o funcionamento do capitalismo: para que o sistema funcione, é necessário que haja desigualdade social.

Ao retomar a formação econômica do país, Saffioti também demarca suas vertentes teóricas e se insere no debate contemporâneo acadêmico. Isso se fez necessário pois para falar da questão do sexo/da mulher difere-se se está falando em uma pretensa sociedade feudal brasileira ou em termos de colonialismo, se a escravidão é tida como resquício do passado e como incongruente com o sistema que se consolidava ou como parte integrante do capitalismo. O sistema escravocrata teria se esgotado por demanda de mercado interno e do desenvolvimento tecnológico por parte da Inglaterra. Tratava-se de um novo momento na economia internacional, onde a América Latina e o Brasil assumiriam outro papel nas relações de comércio, considerando as práticas colonialistas na África e Ásia. Por essas modificações circunstanciais, o trabalhador assalariado se constitui, então, como mais barato que o trabalhador escravizado. A autora afirma que a abolição da escravatura foi uma medida antes econômica do que política (1979, p. 147-8). Ao abolir a escravidão, o branco agia em benefício próprio: a questão não era a liberdade das pessoas negras escravizadas, mas antes “transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre” (IANNI, *apud* SAFFIOTI, 1979 p. 150). A escravidão e a permanência de estruturas simbólicas que remontam a esse período na cultura brasileira viria de um projeto político econômico mundial, e não seria simplesmente uma característica cultural local⁹.

A autora desenvolve o argumento relacionando a forma como se desenvolve a burguesia em relação aos interesses dos países centrais, e situa o papel e função da

⁹Aqui a autora contrapõe-se aos folcloristas/culturalistas na questão da força da tradição para reprodução das estruturas sociais, debate acirrado na academia da época.

mulher nesse esquema. A burguesia rural e escravocrata se beneficiaria do trabalho escravo, pois funcionaria bem em um modelo de produção para exportação. A manutenção das populações urbanas, não só brasileiras, mas inglesas e de mercados centrais que usavam de mão-de-obra e matéria-prima brasileira, era sustentada por esse processo¹⁰. Uma vez que o modelo de produção agrícola para exportação seguiu sendo praticado, não é de se espantar que o combate ao trabalho escravo nos meios rurais se coloque como um grande desafio às autoridades e governos. A articulação da economia nacional não implicou em integração entre meio rural e urbano, nem em urbanização, mas sim em uma transferência de população pobre para formação de exército de reserva para industrialização. Dessa forma, teriam-se salários mais baixos – abaixo, inclusive, do nível de produtividade do trabalho (SAFFIOTI, 1979, p. 156).

Saffioti faz um apanhado histórico principalmente da questão familiar, uma vez que é nesse espaço que localiza um papel social a ser desempenhado pela mulher, desde a sociedade escravocrata até o início do séc. XX¹¹. Ela coloca como o tipo de colonização empenhado por Portugal instaura com força o sistema patriarcal na colônia brasileira. Desde esse primeiro momento aponta as diferenças entre as relações urbanas e rurais nos meios mais afastados, inclusive por questões pragmáticas e logísticas. Nas áreas rurais, os senhores de engenho concentram em si mesmos o poder, já nos meios urbanos a estrutura patriarcal relaciona o poder local até o centro global das metrópoles. Em ambos os espaços as mulheres, brancas e negras, tem um espaço reservado: à mulher branca, ser casta e preservar a família; à mulher negra, escravizada, além de dar conta das tarefas que lhe forem encarregadas, cabe também o lugar sexualizado, sensual, tanto como para a satisfação sexual do senhor quanto prostituída como escrava de ganho nos meios urbanos. A isso segue-se a geração de um contingente crescente de mestiços e caboclos, que bagunçam a ordem social por sua *simples* existência, uma vez que, na sociedade colonial, raça e cor demarcavam *claramente* distinções de castas políticas

¹⁰O que está em concordância com o argumento que Federici desenvolve, de que os trabalhadores assalariados livres na Inglaterra sobre os quais Marx se debruça, somente se tornaram possíveis pela escravização e colonização de outros trabalhadores e trabalhadoras ao redor do globo (FEDERICI, 2017a).

¹¹Cabe salientar que além da localização da mulher a nível social se dar no ambiente doméstico, este é também herança dos estudos de parentesco, dos quais os estudos de gênero se apartavam no mesmo período.

e econômicas. A autora, porém, ao discutir sobre as relações interraciais no período, pontua que não haveria uma “repugnância mútua” entre brancos e negros:

A maneira meramente formal, através da qual a camada dominante resguardava seu domínio, impedindo casamentos inter-raciais, mas não impedindo a miscigenação, deixava transparecer que o econômico, e não o racial era o verdadeiro fundamento da divisão da população em castas. A inexistência de repugnância mútua entre as camadas constituintes da sociedade escravocrata configuraria uma especial estratificação em castas em que a cor e, portanto, a raça desempenhariam meramente a função de símbolo da condição econômica dos indivíduos. No que tange aos papéis femininos, essa inconsistência cultural do sistema de castas no Brasil teve consequências de ordens diversas (1979, p. 163-4).

Pelos filhos e filhas miscigenados, as mulheres negras teriam inclusive um papel substancial nas mudanças dos costumes e da ordem social¹². Saffioti fala sobre a importância dos laços de apoio envolvendo mulheres negras e escravizadas para desenvolvimento do espectro de liberdade possível para mulheres brancas no período, numa espécie de cumplicidade. Traz como, em muitos casos, as mulheres brancas viviam em um nível de isolamento social onde praticamente todas as suas relações sociais se davam dentro do engenho. Muitas vezes, nem mesmo o domínio da língua portuguesa era necessário, uma vez que se comunicavam em dialetos e guarani. A abolição da escravidão teria um impacto de maior isolamento, portanto, dessa mulher branca, bem como maior vulnerabilidade da mulher negra. Ainda, concedendo direitos ao cidadão homem livre, em uma restrita visão de cidadania política, homens não brancos teriam uma ascensão social perante à mulher branca, uma vez que alcançam o reconhecimento social como indivíduos, enquanto a mulher branca seguia a ser concebida como patrimônio das famílias, sendo coisificada, objetificada, constando até mesmo em testamentos como herança familiar. E a prostituição seguiria sendo, principalmente nos meios urbanos, a opção mais viável para mulheres de encontrarem sustento financeiro. A força da prostituição é também o que fortalece a esposa casta no lar. Porém, cabe salientar que o casamento legal era um privilégio de poucos. Assim, se “amasiar”¹³ era o mais comum nas classes

¹²Sobre esse ponto, cabe trazer à tona o trabalho de Lélia Gonzales (1984), onde desenvolve como a mulher negra e estereótipos desenvolvidos a partir da figura da *mucama* (mulata, empregada doméstica e a mãe preta) teriam um papel tanto estrutural como potencialmente desestruturante da cultura e sociedade brasileira.

¹³Casar sem ser “no papel”; ter uma vida conjugal, porém não reconhecida por lei formal.

médias e baixas. Nos meios rurais, à mulher sem família cabia um destino um quanto incerto: preferível ser amante que solteirona. E quando se falava em “ficar para titia”, falamos em mulheres de 19, 20 anos. Essas “esposinhas” costumavam casar-se entre 13 e 15 anos. Tinham vidas bastante puxadas. Sobre a permanência desses traços na cultura atual, a autora fala do *complexo de macho*, conceito o qual iria desenvolver em obras futuras¹⁴. Dessa forma, o escravismo e o colonialismo brasileiros consolidaram uma forte estrutura de poder de tipo patriarcal, que persistia na prática, ainda que formalmente o modo de distribuição do poder aqui difundida pudesse ser caracterizada como estatal-patrimonial¹⁵ (SAFFIOTI, 1979, p. 160-161). Essa circunstancialidade da consolidação do capitalismo brasileiro como periférico e colonial marcará sua pós-colonialidade, reforçando o poder patriarcal.

Por fim, em relação à questão especificamente da mulher, trata-se de examinar sua posição nas relações de produção da sociedade capitalista a fim de explicitar, através tanto de sua dominação quanto de sua exploração, qual o nível de integração social desse segmento: “as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno” (SAFFIOTI, 1990, p. 5). Assim sendo, o desenvolvimento de relações capitalistas, ainda que dependentes no caso do Brasil, a herança patriarcal, da *tradição* (SAFFIOTI, 1979), acaba por continuar a colocar as mulheres, de diferentes modos relativamente à sua classe e raça, em lugares periféricos da sociedade. Mesmo com o capitalismo avançado colocando a queda tendencial de diferenciações de força física para o trabalho, através da maquinaria e automação, as mulheres continuam sendo menosprezadas enquanto cidadãs e enquanto sujeitas trabalhadoras — as

¹⁴Livro encomendado para a autora na década de 1980, *O Poder do macho* é uma obra de divulgação científica onde Saffioti tenta trazer ao grande público sobre a discriminação que a mulher e o negro são submetidos na cultura brasileira. Retomando argumento já presente na sua tese, demonstra como particularidades da forma como a sociedade brasileira se desenvolve tendo como estrutural o poder do homem branco. Ver SAFFIOTI, 1987.

¹⁵Nesse movimento conceitual a autora referencia Weber em nota: “A estrutura patrimonialista assenta na descentralização do poder doméstico ‘mediante a distribuição de terra e às vezes de pecúlio aos filhos e a outras pessoas dependentes do círculo familiar’; A dominação patrimonial se origina, pois, do poder doméstico organizado, entendendo-se, por estrutura patriarcal de dominação, aquela cuja ‘essência não se baseia no dever de servir a uma ‘finalidade’ impessoal e objetiva e na obediência a normas abstratas, mas justamente no contrário: na submissão em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal. Seu germe radica na autoridade de um dominus dentro de uma comunidade doméstica’; Weber, *Economia y Sociedad*, vol. II, p. 758; p. 753” (1979, p. 160, n. 37).

duas coisas estando conectadas, visto que a sociedade de classes pensa a integração pelas vias do trabalho. Ainda que faça parte do modo de produção capitalista uma exploração do trabalho generalizada, visto que a própria riqueza na forma de mercadorias é fruto da exploração da força de trabalho assalariada (ou seja, tornada mercadoria), a classe proletária se constitui de maneira cindida, visto que perpassada por divisões de sexo, nas quais a mulher é subordinada, tanto ao homem quanto ao chefe, pelo casamento ou pelo emprego. Além disso, devido às dificuldades para ser tratada em par de igualdade diante dos homens trabalhadores, sejam elas as dificuldades “ideológicas” frutos da misoginia direta ou estrutural, sejam as dificuldades materiais causadas pela necessidade de se ausentar em períodos de gestação etc., pela acumulação das funções maternas, biológicas e pedagógicas, as mulheres estão sempre um patamar abaixo do que os homens, mesmo internamente à classe proletária. Quando as mulheres são empregadas elas possuem um salário menor do que o dos homens, trabalham em áreas menos valorizadas e possuem cargos mais baixos na hierarquia (SAFFIOTI, 1979, p. 47). Nesse sentido,

na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem (1979, p. 40-1).

Esse processo constitui o que Saffioti chama de “integração periférica”, que acontece quando a mulher não é de todo excluída da sociedade de classes (1979, p. 51; p. 53), visto que é pela sua posição em relação ao trabalho (comprador ou vendedor de força de trabalho) que os agentes da sociedade de classes se definem. Saffioti chega a afirmar, posteriormente: “Na estrutura patriarcal capitalista das ocupações, as mulheres não figuram como trabalhadoras, mas tão somente ou, pelo menos, fundamentalmente, como mulheres” (2008, p. 170); ou ainda: “o homem entra na força de trabalho como trabalhador. A mulher não, ela entra primeiro como mulher, a mulher trabalhadora” (2010, p. 289).

A partir daí, em uma estrutura de pensamento tipicamente dialética, com influência provável de György Lukács e de Simone de Beauvoir¹⁶, Saffioti concluirá

¹⁶A *História e Consciência de Classe* é referenciada diretamente cerca de dez vezes em *A Mulher na Sociedade de Classes*, e a preocupação que perpassa o texto de Saffioti com a “consciência de

que as mulheres estão colocadas no capitalismo em uma situação de contradição, objetiva e subjetiva. Enquanto à mulher é dificultado ou impossibilitado o acesso ao mercado de trabalho, ao trabalho livre assalariado (e explorado), de outro lado há a necessidade de que se cumpram as funções domésticas e maternas que a tradição do patriarcado lega ao feminino. Desse modo

a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva, e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes, e de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família (SAFFIOTI, 1979, p. 58).

A mulher é colocada como espécie de *apêndice* da força de trabalho masculina, essa sim integrada à sociedade competitiva capitalista. Tendo em vista que o trabalho produtivo é tido pelas mulheres, através de toda uma construção ideológica, apenas como meio eventual para manter um padrão doméstico (1979, p. 101), é nesse terreno que a posição da mulher na sociedade de classe de fato se define. Desse modo, o que Saffioti chama de “integração periférica” da mulher na sociedade parece significar tanto que quando ela está dentro das relações produtivas ela ocupa um espaço periférico (desvalorizado, informal, subordinado), quanto e principalmente que é através da mediação do homem que há a “quase-integração” social da mulher: “Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe da família” (SAFFIOTI, 1979, p. 58).

classe” e com a “alienação” parece ser de inspiração lukácsiana. Quanto à Beauvoir, além de *O Segundo Sexo* ser um dos poucos livros tidos como importantes por Saffioti à época de sua tese (2011, p. 75), ela confessa que “se você a tomar, você vai ver que eu estou muito ligada a ela em termos intelectuais” (2010, p. 284).

SILVIA FEDERICI: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, TRABALHO REPRODUTIVO E A LUTA PELO COMUM¹⁷

Para compreender a obra de Silvia Federici é preciso entender o lugar de onde fala e as referências a que recorre: professora, escritora, teórica de filosofia e humanidades, ativista feminista autonomista radical e marxista — através de uma abordagem operaísta. Sua obra cerca os temas do trabalho reprodutivo e do comum, buscando dialogar com o pós-colonialismo, epistemologias do sul, feminismos e movimentos autonomistas de direito e defesa da terra. Federici nasceu em Parma, Itália, em 1942. Cresceu no período pós Segunda Guerra, em uma região de forte movimento operário e antifascista. Em 1967, migra para os Estados Unidos, para estudar Filosofia na Universidade de Buffalo. Logo se integra ao movimento estudantil e anti-guerras e começa a trabalhar em um jornal. Assim, a efervescência dos movimentos de 1968, nos Estados Unidos, França e Itália tomam o corpo que escreve. Na década de 70, se envolve nas lutas do movimento feminista norte americano. Entre 1972 e 1977 passa a integrar a organização *International Wages for Housework Campaign* [Campanha internacional por salários para o trabalho doméstico] (WfH). Segundo Federici,

Enquanto a maioria das feministas encontrava suas referências na política liberal, anarquista ou socialista, as mulheres que lançaram a WfH vinham de uma história de militância em organizações que se identificavam como marxistas, com o filtro de experiências dos movimentos anticolonialistas, de direitos civis, do movimento estudantil e do operaísmo. [...] Foi *através* das categorias articuladas por esses movimentos, e também *contra* elas, que nossa análise da 'questão das mulheres' se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo (FEDERICI, 2019a, p.22-23, grifos da autora).

Federici e outras pesquisadoras, como Leopoldina Fortunati, Selma James e Mariarosa Dalla Costa, escreveram na época diferentes propostas teóricas, contudo apoiadas sob o mesmo pressuposto – o reconhecimento do trabalho doméstico ou reprodutivo exercido pelas mulheres como trabalho produtivo, ou seja, produtor de valor para o capital. Nessa conceituação está incluso todo o trabalho de cuidado com

¹⁷Alguns parágrafos desta seção são versões revisadas e ampliadas de outro trabalho de nossa autoria: SEVERO, Cecília (2018).

a família, casa e reprodução de força de trabalho, tanto no sentido de reprodução sexual, gerando mais força de trabalho e gerindo seu crescimento e desenvolvimento, quanto no sentido de manutenção da força de trabalho já empregada, qual seja, o marido, que deve ser alimentado, entretido etc. Uma vez que este trabalho está inserido no processo global de valorização do capital, e é essencial a este, ele deve ser remunerado. O não reconhecimento desse *trabalho* enquanto tal e a não remuneração, o “patriarcado dos salários”, coloca as mulheres em escravidão do lar: seria a apropriação, em primeira instância pelo marido, e, em última, por parte do capital e do Estado, do trabalho das mulheres. De acordo com a tese da autora, o trabalho não remunerado das mulheres seria o comum expropriado para a produção de valor no processo de trabalho capitalista.

Na década de 1980, assume como professora na Universidade de Port Harcourt, na Nigéria. Essa experiência marcou profundamente a autora, que presenciou e denunciou a forma como as Organizações das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial desenvolveram suas ações sobre o continente: apesar do discurso de promoção do feminismo e desenvolvimento, a prática abria espaço para políticas neoliberais¹⁸. Funda, com outras pesquisadoras e pesquisadores, o *Committee for Academic Freedom in Africa* (CAFA)¹⁹, visando denunciar os processos de censura correntes no continente e promover a produção científica local e divulgá-la para a comunidade científica do norte global. Em 1987 retorna aos Estados Unidos, porém, dado seu interesse pelos movimentos feministas autonomistas e em defesa do comum, passa longas temporadas no México, e, mais recentemente, estende os laços para a América Latina. Com o lançamento, em 2017, da tradução para o português do livro *Calibã e a Bruxa*²⁰, a autora se tornou conhecida

¹⁸A autora aborda o tema brevemente na última sessão do livro *Calibã e a Bruxa* (FEDERICI, 2017a, p. 413), para maiores desenvolvimentos recomendamos textos contidos na coletânea *O Ponto Zero da Revolução* (FEDERICI, 2019a): “*Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista (2000)*” (p. 238); “*Mulheres, lutas por terra e globalização: uma perspectiva internacional (2004)*” (p. 277) e “*Feminismo e a política do comum em uma era de acumulação primitiva (2010)*” (p. 303).

¹⁹Tratava-se de um grupo de pesquisadoras e pesquisadores que atuavam nos Estados Unidos e em diferentes países da África, com destaque para Nigéria, que buscava chamar atenção ao comprometimento da liberdade de saber na África e divulgar e dialogar com a produção científica africana. Edições disponíveis em: <<http://ns210054.ovh.net/library/newsletters-committee-academic-freedom-africa-1991-2003>> Acesso em: nov. 2019.

²⁰O livro foi publicado em 2017, pela editora Elefante. A tradução, feita pelo coletivo Syncorax, foi disponibilizada online em 2016. O mesmo coletivo também é responsável pela tradução do livro “*O Ponto Zero da Revolução*” (2019). Ambas as obras estão disponíveis em versão PDF e podem ser

do público brasileiro, tendo grande repercussão²¹. Na ocasião, Federici veio ao Brasil em turnê de apresentação da obra. Desde então, mais duas obras suas foram traduzidas e publicadas no Brasil, *O Ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019a) e *Mulheres e caça às bruxas* (2019b), com previsão para o lançamento do próximo ainda em 2020, *Re-enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons* [Reencantar o mundo: feminismo e a política dos comuns], pela editora Elefante²².

O Operaísmo, que marca as origens teóricas e políticas de Federici, é um movimento político operário de esquerda que surge na Itália dos anos 1950 e 1960. A produção intelectual a respeito registra-se especialmente nas revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia* (1963-1966). Fazem parte desse movimento, por exemplo, Antonio Negri (o mais famoso, hoje) e Mario Tronti (como seu fundador teórico). O que é importante se ter em mente sobre a influência operaísta na abordagem da Federici é que a autora se vale da hipótese operaísta para sua metodologia, na qual: a luta antecede o capital, e não o contrário. “O operariado, suas dimensões técnicas e políticas, era afirmado como o cerne da análise. A análise era operária ou não. Eis o operaísmo” (COCCO, 2013, p. 41). Dessa forma, ao analisar o período de consolidação do capitalismo na obra *Calibã e a Bruxa*, Federici se debruça no movimento de luta que acontecia no momento, o qual o capital buscava reprimir e a partir do qual o capital se firmava: os movimentos anti feudais, as revoltas camponesas, os levantes anti coloniais e diversas vertentes de culturas hereges. A partir desses movimentos, a autora demonstra como, primeiramente a partir da perseguição dos hereges, e então, com a caça às bruxas, em direta relação com o colonialismo, o capital reage à luta e se firma como sistema capitalista global.

De acordo com a teoria marxiana, o cercamento das terras comuns teve um papel crucial para a implementação do capitalismo, sendo parte do processo denominado de acumulação primitiva. As terras comuns eram de suma importância para garantir a subsistência daquelas pessoas que não tinham propriedade ou direito

acessadas e baixadas gratuitamente através do site do coletivo: <<http://coletivosycorax.org/>> Acesso em: fev. 2020.

²¹Um exemplo disso é que um trecho do livro chegou a ser questão da Fuvest, vestibular da USP, no início de 2019. Porém carecem estudos aprofundados sobre a recepção da obra na academia.

²²Conforme entrevista concedida a Paula Carvalho, “*Caça às bruxas ajuda a entender aumento de feminicídios, diz Silvia Federici*” Disponível em: <<https://www.editoraelefante.com.br/caca-as-bruxas-ajuda-a-entender-aumento-de-feminicidios-diz-silvia-federici/>> Acesso em: fev. 2020.

a acesso às terras privadas de outrem. É comovente o relato sobre o absurdo provocado pela condenação e perseguição de pessoas cujo crime era colher lenha para subsistência nos bosques agora cercados (ver MARX, 2017). Assim, os cercamentos e a conseqüente expulsão das populações do campo para a cidade proporcionam ainda maior concentração das terras na mão de senhores feudais e formação de excedente de mão-de-obra disponível para as fábricas urbanas. Esse processo, bastante violento, seria necessário para a acumulação de um capital inicial a partir do qual o sistema capitalista conseguiria se consolidar e expandir. Entretanto, segundo a análise de Marx, o período de acumulação primitiva, tal como a violência característica do mesmo, estariam restritos à fase de transição do sistema feudal para o sistema capitalista: uma vez que o capitalismo estivesse consolidado, seriam outras leis, de natureza econômica, que engendrariam a acumulação. Estas seriam, basicamente, a exploração dos trabalhadores industriais e agrícolas assalariados, que através do regimento salarial têm seu tempo de trabalho dividido em pago e não pago, constituindo analiticamente o trabalho e o sobretalho, este último originando o mais-valor²³. Isso, pois, “as forças produtivas que decorrem da cooperação e da divisão do trabalho não custam nada ao capital. São forças naturais do trabalho social [...] que são apropriadas para uso nos processos produtivos” (MARX, 2013, p. 566). Ainda sobre a teoria marxiana, Harvey (2013 p. 65) coloca que “para que as leis da troca funcionem como a teoria determina, é necessário encontrar uma mercadoria que tenha a capacidade de produzir um valor maior do que o que ela própria possui. Tal mercadoria [...] é a força de trabalho”.

E quem (re)produz a força de trabalho? Os corpos femininos. O ponto em que a análise da Federici se afasta das análises de Marx é quando a autora toma por objeto a vida das mulheres, que teria sido deixada de lado por ele, ao privilegiar o olhar sobre trabalhadores assalariados livres. A autora defende que a perseguição das bruxas foi tão importante para a acumulação primitiva de capital quanto foram as

²³Usamos “mais-valor”, adotada pela editora Boitempo, ao invés da forma antes tradicional no Brasil “mais-valia”. O tradutor dos *Grundrisse* de Marx comenta que “Uma vez que não é tradução literal de ‘*Mehrwert*’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois, como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão ‘mais-valia’ converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como se viu, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de mais-valor” (DUAYER, 2011, p. 29-30).

desapropriações de terras comuns e o colonialismo. Isso, pois, para a produção de valor no capitalismo, é preciso a apropriação de um comum. A autora afirma que, caso Marx tivesse olhado os processos aos quais as mulheres estavam sendo submetidas naquele momento, não poderia prever que o capitalismo pudesse ter qualquer relação com liberação dos corpos para o trabalho, visto que

o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017a, p. 34).

A conclusão de Federici, então, é a de que a consolidação de um regime econômico capitalista, que separa as atividades em produtivas, improdutivas e (“meramente”) reprodutivas

criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas quanto os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinha acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à *invisibilidade como trabalhadoras* (2017a, p. 146. Grifo nosso).

A análise crítica de Marx do capitalismo espelharia a invisibilização do trabalho reprodutivo própria do sistema capitalista, que faz com que esse leque enorme de atividades essenciais para a reprodução do sistema de acumulação econômica via salário dependa de uma acumulação extra-econômica e violenta via “escravidão do lar” — ou seja, do contínuo regime de acumulação primitiva na forma de cercamento e controle dos corpos femininos e suas atividades reprodutivas. Por fim, diz ela, “devíamos colocar Marx de ponta cabeça e começar nossa análise e nossa luta precisamente a partir da ‘fábrica social’ que ele havia excluído de seu trabalho” (2017b, p. 104-5).

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos

foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos (FEDERICI, 2017a, p. 305).

Ora, mas porquê, afinal de contas, era de suma importância destituir as mulheres do seu poder? Por que este advinha, em grande parte, de sua relação privilegiada com a terra e o papel que exerciam nas comunidades. Eram saberes ligados aos ciclos naturais, ao cuidado com corpo e saúde, reprodução e alimentação. Em uma organização social pré-capitalista, a abundância e a escassez podem ser explicados por sorte, ciclos, é a roda da Fortuna girando mais uma vez. Os dias não são todos iguais. Na lógica capitalista, todos os dias são dias de trabalho. Não há espaço para o encantamento. Por isso, não é contraditório que movimentos intelectuais como o Iluminismo coexistissem com a caça às bruxas — de fato, tinha entre pensadores renomados, como Francis Bacon e Descartes, grandes entusiastas do processo. A ciência moderna surge como repulsa à magia, pois seria uma forma de conseguir resultados sem esforço: “A magia mata a indústria” (BACON, 1870, p. 381 *apud* FEDERICI, 2017a, p. 259). A existência desses espaços comuns, que permitiam que as pessoas sobrevivessem sem depender do sistema entre capital e estado que se firmava, era uma ameaça a consolidação do mesmo. E esses espaços comunitários eram onde as mulheres exerciam grande parte do seu poder, e que também garantia a elas, crianças e idosos meios de sobrevivência sem ser intermediados através de um homem.

Então, quem eram as bruxas? Eram as mulheres na beira do rio, conversando sobre a gestão da comunidade enquanto lavavam as roupas; as mulheres fazendo a comida multiplicar-se do cesto vazio com ervas colhidas à espreita do bosque; as mulheres preparando medicinas para pessoas cuja alma os padres já haviam condenado; as mulheres controlando sua fertilidade ou induzindo abortos, contrariando a vontade divina e do Estado por mais fiéis e mão-de-obra; as mulheres líderes comunitárias, revolucionárias contra o sistema feudal, contra o sistema escravocrata e contra o sistema capitalista e o Estado que se anunciavam como alternativa una. Eram pessoas que carregavam em si toda uma cosmologia, uma outra forma de se relacionar entre si, com a terra, com a vida.

A MULHER ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO — SOBRE RELAÇÕES E AVANÇOS ENTRE SAFFIOTI E FEDERICI

À primeira vista, é bastante claro quais os pontos comuns entre as análises das autoras. Destaca-se o esforço na construção de uma perspectiva feminista interseccional, que analisa classe, raça e gênero transversalmente, bem como a hipótese marxista e a primazia pelo olhar para o trabalho ao pensar como se desenvolvem as relações sociais. É preciso levar em conta no que tange os trabalhos das autoras privilegiados nesta análise que tratam-se de planos de pesquisa muito diferentes e em momentos distintos de carreira. Saffioti propôs analisar um recorte geográfico restrito ao Brasil, mesmo que levando em consideração sua relação com países colonizadores, desde o período colonial até meados do séc. XX. Seu trabalho se ocupa de analisar a formação da força de trabalho feminina direcionada através do projeto previsto a partir da educação formal para mulheres. O livro é adaptado de sua tese de livre docência e refere-se à pesquisa realizada durante seus anos de formação, e em uma realidade cujo acesso à informação era bastante limitado, tanto por questões tecnológicas como ideológicas — viver sob um regime político ditatorial militar. Já Federici tem em *Calibã e a Bruxa* três décadas de pesquisa condensadas. Por tomar como objeto um tema que se estendeu por um longo período de tempo e ter seu diferencial de análise exatamente na repercussão desse processo em outros continentes e em relação com o colonialismo, trata-se de uma pesquisa que impressiona pelo levantamento de dados específicos, mas que peca em continuidade. Além disso, Federici propõe a metodologia da genealogia foucaultiana, assim, a forma de conduzir sua pesquisa e de apresentar seus resultados difere muito do rigor sociológico com que Saffioti busca desenvolver seu texto com a finalidade de se firmar como pesquisadora na área. Dito isso, e dadas as devidas proporções, pode-se observar de um ponto de vista histórico certa complementaridade nas duas obras, como se Federici nos levasse dos campos e cortiços europeus aos porões dos navios, passasse pelas demais regiões colonizadas por países europeus e então aportasse no Brasil, onde Saffioti nos buscaria no porto e nos levaria Brasil adentro, das cidades

nascentes aos confins rurais do país, contando a *herstory*²⁴, a história que ficou de fora dos livros escolares.

Contudo, não são somente as diferenças de áreas e metodologias que diferem as abordagens. Cada uma parte de um marxismo bastante distinto, e isso tem implicações cruciais para suas pesquisas. Ao propor seguir a hipótese operaísta, Federici privilegia a luta como objeto. Assim, busca demonstrar como a consolidação do capitalismo se dá como uma resposta a movimentos articulados de resistência ao feudalismo. Se fossemos seguir essa mesma hipótese nos debruçando sobre o objeto da Saffioti, poderíamos nos perguntar: o que a forte estrutura patriarcal colonial buscava reprimir? Por vezes, mesmo reconhecendo a agência de ambas as partes da relação²⁵, o olhar da Saffioti tende a privilegiar o olhar da dominação em detrimento do olhar da luta, ou percebê-la apenas como resistência, como algo que resiste e responde a ação de dominação, e não como ação que, de fato, moveria o “motor da história”. Uma das consequências dessa divergência teórica é a conclusão que chegam sobre o lugar da mulher e a importância do trabalho reprodutivo em suas análises. Saffioti privilegia o ponto de vista do trabalhador assalariado, e considera assim a mulher como periférica no sistema de trabalho produtivo, valendo-se da hipótese de que o sistema não tem condição de absorver a força de trabalho feminina, e que quando a absorve tratam-se de trabalhos precários e marginais. Ou seja, o problema, para ela, é que as mulheres são confinadas ao lar, improdutivo, e isoladas do produtivo (ou nele diferenciadas negativamente), mas não se pensa na necessidade econômica, para o capital em um sentido amplo, do próprio trabalho doméstico-reprodutivo²⁶. É sintomático disso que ela fale sobre o “*não-trabalho remunerado* da mulher, isto é, de sua marginalização do sistema produtivo de bens e

²⁴Trocadilho do inglês que substitui o “*his*” [dele] de “*history*” [história] por “*her*” [dela]. O termo é uma crítica a teoria historiográfica hegemônica, que privilegia a perspectiva masculina, branca, colonialista. Assim, busca-se revisar os eventos do passado, a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e anticolonial.

²⁵Tema é retomado em trabalhos posteriores: “Uma vez que não se trabalha com o conceito weberiano de dominação, compreende-se que o processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social. [...] Portanto, está dada a presença de, no mínimo, dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no polo de dominado” (SAFFIOTI, 2008, p. 162).

²⁶Saffioti chega a ponderar se “não seria a incompatibilidade entre a estrutura da família e o trabalho da mulher fora do lar uma necessidade do próprio sistema capitalista de produção?” (SAFFIOTI, 1979, p. 82), porém, o que se segue, e parece ser o espírito geral de seu livro, é uma reflexão sobre a (não) inclusão da mulher no mercado de trabalho produtivo, e não uma reflexão sobre o trabalho reprodutivo no capital, o que propõe Federici e que endossamos a necessidade.

serviços” (SAFFIOTI, 1979, p. 37. Grifo nosso): a própria forma de construção da noção “não-trabalho remunerado” já implica uma análise negativa, onde define-se algo pelo que não se é. Tal construção não teria espaço em uma abordagem (pós-) operaísta, da qual se vale Federici, pois trata-se de uma abordagem positiva. Desse modo, olha-se para o trabalho exercido e não remunerado positivamente, ou seja, pelo que ele é. Da mesma forma, a insistência de Saffioti sobre o trabalho das mulheres ser um trabalho marginalizado a partir da discussão sobre a possibilidade ou não do capital absorver toda a força de trabalho disponível — incluindo a periferia — perde de vista que essas pessoas estarem à margem é basilar para o funcionamento do sistema capitalista. Logo, elas não estão excluídas ou à parte da sociedade de classe, mas são parte constituinte desse sistema: é uma *periferia integrada e necessária*.

Há passagens em que Saffioti menciona a importância do trabalho reprodutivo²⁷ e reconhece o quão *trabalhoso* era a vida das mulheres analisadas²⁸, porém é sintomático de seu modo de ver o problema que ainda mantenha uma abordagem que utiliza de termos como “funções femininas” e “funções naturais” (em referência à sexualidade e maternidade) (1979, p. 56; p. 79) em contraposição ao que seria o trabalho feminino, como força de trabalho produtiva no sistema assalariado exercido por mulheres. Para autora é difícil conceber como trabalho esses *trabalhos* reprodutivos em seus diferentes níveis: “que a maternidade seja onerosa é indubitável; é duvidoso, entretanto, que ela possa ser considerada como um trabalho” (SAFFIOTI, 1979, p. 86). Assim, a saída para a mulher fugir desse lugar comum seria se tivesse a liberdade de escolha sobre o exercer ou não dessas atividades, ou seja, ser mãe, esposa etc:

Ao tornar o papel reprodutivo da mulher um substituto de seu papel produtivo, a sociedade potencializa a determinação sexo, distanciada, na esfera social, a mulher do homem. Eis por que a liberdade feminina está estritamente ligada à possibilidade de a mulher aceitar ou rejeitar livremente a maternidade (SAFFIOTI, 1979, p. 86-7)²⁹.

²⁷Ver SAFFIOTI (1979): p. 41 (trabalho não pago), p. 48 (doméstico remunerado) p. 50-1 (maternidade) p. 53-4, p. 63 (trabalhadoras domésticas não remuneradas).

²⁸Saffioti busca detalhar a rotina das mulheres pesquisadas demonstrando o quão pesada era a vida mesmo das mulheres brancas nos engenhos, com responsabilidades administrativas para além de gestão doméstica realizada juntamente com as mulheres negras escravizadas, tal como demonstra como as mulheres negras escravizadas e mesmo após libertas tinham carga adicional laboral em relação aos homens (SAFFIOTI, 1979).

²⁹Entendemos que a discussão feita pela autora nesse trecho refere-se antes ao direito de escolha e contra a maternidade compulsória. Porém, o ponto a ser destacado é que dependendo da forma como

Federici, porém, aponta outros caminhos para liberdade da mulher, ou, usando uma nomenclatura mais adequada ao seu pensamento, para exercício da sua autonomia, e isso está diretamente ligado também ao arcabouço teórico a qual recorre. O conceito de ‘fábrica social’, que Federici utiliza na sua análise, se trata de um desenvolvimento operaísta³⁰. No momento em que a produção não se dá restrito ao chão de fábrica, é preciso um conceito que indique como a sociedade como um todo se torna a fábrica de produção de mais-valor para o capital. São ferramentas analíticas como esta que contribuíram para que a autora italiana se sensibilizasse ao trabalho reprodutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos desenvolver a abordagem teórica de duas autoras feministas e marxistas sobre a questão do trabalho feminino no capitalismo. Débora Nunes salienta o grande avanço realizado pelo feminismo marxista “ao categorizar o trabalho doméstico como produtivo”, colocando, dessa forma, “o conjunto de mulheres em uma posição clara perante o capital, contribuindo para sua acumulação de maneira específica e diferenciada em relação às classes tradicionais” (2016, p. 105). Federici, bem como outras teóricas contemporâneas a partir da Teoria da Reprodução Social³¹, buscam inverter a ordem dos fatores, e trazer o trabalho reprodutivo para o centro da discussão, pois,

Uma vez que compreendemos a centralidade da reprodução social na sociedade capitalista, não podemos mais encarar de modo habitual a classe. Contrariamente ao entendimento tradicional, o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a ‘mão de obra’, mas também as relações que a geram e a repõem (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 54. Grifos nossos).

essas questões são colocadas torna-se difícil o espaço para diálogo e luta *pele* trabalho reprodutivo, além do que o trabalho reprodutivo e afetivo da esfera do cuidado exercido pelas mulheres não se restringe à maridos e filhos.

³⁰ Inicialmente pensado por Mario Tronti e posteriormente desenvolvido por Toni Negri.

³¹ A Teoria da Reprodução Social (TRS), do inglês *Social Reproduction Theory*, é uma vertente contemporânea de feminismo que passa pelo feminismo marxista, pela teoria crítica e pelo feminismo socialista, e que se configura como campo de estudos em que a reprodução social, nela incluído o trabalho reprodutivo das mulheres em sua forma remunerada, não remunerada, precarizada, doméstica, do “cuidado” (*care*), e das instituições sociais de reprodução, é tomada como fundamental. Ver sobre isso o recente manifesto em (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). O que a TRS chama de terreno da reprodução social parece muito com o que Federici chama de comum, entretanto essa comparação é de interesse restrito a estudos posteriores.

Ao reclamar a remuneração do trabalho doméstico e o reconhecimento do trabalho reprodutivo como parte intrínseca e substancial do processo produtivo e valorativo, pretende-se apontar como, caso esse trabalho que é hoje expropriado majoritariamente de mulheres e em especial mulheres racializadas e pobres, o mais-valor e o lucro estariam em xeque. Busca-se dar visibilidade para que aquilo que fora chamado de processo de acumulação primitiva segue sendo necessário a cada movimento do capital, e esse comum expropriado no capitalismo é o trabalho reprodutivo realizado em sua maior parte por mulheres.

Saffioti, entretanto, por não considerar o trabalho doméstico como produtivo, se debruça sobre as possibilidades de inclusão da mulher no mercado de trabalho e denuncia as condições precarizadas as quais são alocadas para pensar o trabalho feminino. Todavia, essa perspectiva acaba por invisibilizar o trabalho reprodutivo e também o trabalho de subsistência, realizado na sua maioria por mulheres, ou seja, contraditoriamente, acaba desvalorizando o trabalho feminino que *já* é realizado ao buscar mais espaço de trabalho para mulheres. Enquanto Saffioti vê no homem o elo que intermedia a relação da mulher e do capital, dessa forma a mantendo em condição de “quase-integração”, Federici vê como foi necessário romper o elo entre mulher e homem dentro da classe trabalhadora para que o capital pudesse negociar diretamente com o homem, que, sem outros meios de garantir a sua vida e agora responsável pela família sem acesso a meios de subsistência, se veria mais suscetível às sujeições do capital. Para isso, primeiramente é preciso desarticular as mulheres, confiná-las ao privado para então minar a confiança do casal. “Como ter certeza que a mulher ao teu lado não é uma bruxa?”. A cisão entre mulheres e homens interna a classe trabalhadora é parte do processo que torna possível a instauração do capitalismo, dessa forma, a luta das mulheres, a luta feminista tem algo de radicalmente anticapitalista.

Por fim, é como diz o ditado-desabafo nas redes sociais: “Esperam que as mulheres trabalhem como se não tivessem filhos e criem seus filhos como se não trabalhassem”. Ainda que consideremos a perspectiva de Federici mais abrangente e complexa, o problema colocado por Saffioti continua: as mulheres são de fato excluídas ou subalternizadas nos ambientes de sistema de produção e, como nos mostra Federici, isso é causado em boa parte pela compulsividade com que são

jogadas ao trabalho reprodutivo, visto que o capital precisa desta para sua manutenção tanto quanto precisa da outra.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. p. 32-46. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu** [online]. p. 13-30. 2001, n. 16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

DUAYER, Mario. Apresentação. In: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política** [versão eletrônica]. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 11-24.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017a.

_____. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n.10, p. 83-111, 2017b.

_____. **“Silvia Federici se inspira na resistência das mulheres africanas e latino-americanas”** (2018) [Entrevista feita por George Souvlis & Ankica Čakardić]. Disponível em: <<http://editoraelefante.com.br/silvia-federici-se-inspira-na-resistencia-das-mulheres-africanas-e-latino-americanas>> Acesso: dez. 2019.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

_____. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019b.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244. Anpocs, 1984.

GUIMARÃES, Antonio. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos**, CEBRAP 81, p. 99-114, jul. 2008.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** [versão eletrônica]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

NUNES, Débora Machado. **O pensamento feminista na economia**: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista. 2016. Dissertação (Mestrado no Programa Pós-Graduação de Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Rearticulando gênero e classe social** [Trabalho apresentado no seminário "Estudos sobre a mulher no Brasil" (1990: São Roque): avaliação e perspectivas]. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

_____. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

_____. Entrevista [por Natalia Pietra Méndez. Decupagem. São Paulo, 19 jul. 2008]. p. 275-294, **MÉTIS: história & cultura**, v. 9, n. 18, jul./dez., 2010.

_____. Entrevista: Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de "A mulher na sociedade de classes" [por Renata Gonçalves e Carolina Branco]. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 70-81, 2º sem. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. p. 71-99, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SEVERO, Cecília. Mulher: corpo incivilizado: a crítica feminista marxista de Silvia Federici a Michel Foucault. In: SEMANA ACADÊMICA DA FILOSOFIA PUCRS; 18. 2018, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, v. 1, p. 131-145, 2018.

Artigo recebido em: 01/01/2020

Artigo aprovado em: 22/03/2020

Artigo publicado em: 19/06/2020